



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
GERÊNCIA DA SECRETARIA-GERAL

Resolução 082, de 21 de junho de 2022

Dispõe sobre recurso interposto contra o **Auto de Infração nº 35.738** (3664488), em nome da empresa **Maria Fernanda de Moraes Almeida - ME** (CNPJ nº 22.436.039/0001-99), conforme processo nº **201800029005660**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o que dispõe o inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto 9.533, de 09 de outubro de 2019, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

Considerando o disposto na Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014, que dispõe sobre os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que a empresa **Maria Fernanda de Moraes Almeida - ME** interpôs recurso intempestivo, demonstrando seu inconformismo contra o **Auto de Infração nº 35.738**;

Considerando as manifestações contidas do processo e, principalmente, o voto do relator constante do **Relatório 7/2022-AGR/CREG1-16166** (000027999381), que passam a ser parte integrante desta decisão;

Considerando a decisão uniforme dos membros do Conselho Regulador da AGR, em reunião realizada no dia 15/06/2022,

RESOLVE:

Art. 1º. **Conhecer e negar provimento** ao recurso interposto pela empresa **Maria Fernanda de Moraes Almeida - ME**, tendo em vista o que consta nos autos, considerando que a parte atuada não apresentou argumentos e provas suficientes à descaracterização do **Auto de Infração nº 35.738** e, que esse foi lavrado atendo aos requisitos necessários à sua validade, **mantendo** seus efeitos legais pelo descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 21 dias do mês de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NUNES DE OLIVEIRA, Presidente**, em 27/06/2022, às 13:23, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 000031104641 e o código CRC F9705B5B.

GABINETE DO CONSELHEIRO PRESIDENTE
AVENIDA GOIÁS - Bairro CENTRO - CEP 74005-010 - GOIANIA - GO - ED. VISCONDE DE
MAUÁ 305



Referência: Processo nº 201800029005660



SEI 000031104641